

BoletoFlex
Tecnologia e
Serviços S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022**

KPDS 1233515

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	4
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações dos resultados	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras, acompanhadas das notas explicativas, da Boletoflex Tecnologia e Serviços S.A. (Empresa), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as pequenas e médias empresas - CPC PME.

Operacionalização: A Boletoflex Tecnologia e Serviços S.A. é uma pessoa jurídica de direito privado, sociedade por ações de capital fechado, obedecendo às normas que lhe são próprias, domiciliada em Florianópolis (SC). Suas atividades iniciaram em 22 de janeiro de 2019 e o prazo de duração é indeterminado. A Companhia tem como objeto social o desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis, correspondente de instituições financeiras, promoção de vendas, e atividades de cobrança e informações cadastrais.

Desempenho: A Companhia encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 com um prejuízo de R\$ 13.810.445 (R\$ 3.029.901 em 31 de dezembro de 2021) e ativos totais de R\$ 1.178.554 (R\$ 12.782.423 em 31 de dezembro de 2021).

Agradecimentos: Agradecemos aos acionistas, aos clientes e à rede de parcerias pela confiança e pela credibilidade e em especial aos nossos colaboradores, pela dedicação e pelo empenho que possibilitaram o desenvolvimento de nossos serviços.

Permanecemos à disposição de V.Sas. para prestar quaisquer esclarecimentos necessários.

A ADMINISTRAÇÃO

Florianópolis, 11 de agosto de 2023.



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Administradores da
BoletoFlex Tecnologia e Serviços S.A.**

Florianópolis – SC

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Boletoflex Tecnologia e Serviços S. A. (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Boletoflex Tecnologia e Serviços S. A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas.

Base para opinião com ressalva

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021, 2020 e 2019, a Empresa emvidou esforços no desenvolvimento de sua plataforma tecnológica para operacionalização de seus negócios junto aos clientes, cujos custos de desenvolvimento estão diretamente atribuídos a operacionalização de suas atividades. Conforme práticas contábeis aplicáveis às pequenas e médias empresas (CPC PME), a Empresa deveria ter reconhecido os ativos intangíveis gerados internamente, relacionados a este desenvolvimento, uma vez que os correspondentes gastos estão diretamente relacionados aos custos de seu contas à receber e, conseqüentemente, à receita da Empresa. Se a Empresa tivesse efetuado o adequado registro do ativo intangível, e conseqüentemente a análise de vida útil à ser considerado em sua amortização, certos elementos das demonstrações financeiras poderiam ser afetados de forma relevante. Os efeitos decorrentes desse assunto sobre as demonstrações financeiras não foram determinados.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Empresa e sua controlada de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de agosto de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP



Jonas Moreira Salles
Contador CRC SP295315/O-4

BoletoFlex Tecnologia e Serviços S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021
Receita operacional bruta		890.415	390.403
Tributos s/ prestação de serviços		<u>(97.526)</u>	<u>(31.533)</u>
Receita operacional líquida	15	792.889	358.870
Custos dos serviços Prestados	15	<u>(899.141)</u>	<u>(310.239)</u>
Lucro Bruto		<u>(106.252)</u>	<u>48.632</u>
Despesas administrativas	16	(1.776.133)	(1.755.153)
Despesas comerciais	16	(2.128.379)	(772.127)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	16	(2.272.098)	(1.293.524)
Outras receitas e despesas operacionais	16	<u>(2.381.762)</u>	<u>(1.248.143)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>(8.664.624)</u>	<u>(5.020.316)</u>
Receitas financeiras	17	215.967	625.652
Despesas financeiras		<u>(3.887.649)</u>	<u>(109.375)</u>
	17		
Resultado antes dos impostos	17	<u>(12.336.307)</u>	<u>(4.504.039)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		<u>(1.474.138)</u>	<u>1.474.138</u>
	18		
Prejuízo líquido do exercício	18	<u>(13.810.445)</u>	<u>(3.029.901)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BoletoFlex Tecnologia e Serviços S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	2022	2021
Resultado do exercício	<u>(13.810.445)</u>	<u>(3.029.901)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>(13.810.445)</u>	<u>(3.029.901)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BoletoFlex Tecnologia e Serviços S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Capital social integralizado	Capital social a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2020	16.124.800	(15.000.000)	(1.144.078)	(19.278)
Integralização de capital social	-	15.000.000	-	15.000.000
Prejuízo do exercício	-	-	(3.029.901)	(3.029.901)
Em 31 de dezembro de 2021	16.124.800	-	(4.173.979)	11.950.821
Prejuízo do exercício	-	-	(13.810.445)	(13.810.445)
Em 31 de dezembro de 2022	16.124.800	-	(17.984.423)	(1.859.623)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BoletoFlex Tecnologia e Serviços S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	(13.810.445)	(3.029.901)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciação e Amortizações	47.588	41.670
Doação de Imobilizado	-	(178.804)
Provisões e Outras contas a pagar	-	162.293
Provisões para contingências	2.367.126	-
Ativo fiscal diferido	1.474.138	(1.474.138)
	(9.921.593)	(4.478.880)
Redução (aumento) nos ativos:		
Clientes a receber	74.866	(86.931)
Adiantamento e depósitos judiciais	138	(183.208)
Tributos a recuperar	(52.940)	(59.047)
Despesas antecipadas	12.902	-
	34.965	(329.185)
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	33.574	79.923
Obrigações tributárias	(45.048)	55.290
Obrigações trabalhistas	(355.259)	469.428
Adiantamento de clientes	361	-
Provisões e Outras contas a pagar	19.208	-
	(347.163)	604.641
Recursos líquidos consumidos nas atividades operacionais	(10.233.791)	(4.203.424)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Instrumentos financeiros a valor justo	4.639.313	(5.052.705)
Investimentos	(543)	(21.096)
Compra de Imobilizado	(77.122)	(292.761)
Venda de Imobilizado	116.881	54.842
	4.678.529	(5.311.720)
Caixa líquido consumido nas (gerados pelas) atividades de investimentos	4.678.529	(5.311.720)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de Capital pelos Sócios ou Acionistas	-	15.000.000
Pagamentos de empréstimos	(13.386)	(163.344)
Empréstimos e financiamentos	200.000	37.500
	186.614	14.874.156
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	186.614	14.874.156
Aumento (redução) líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa	(5.368.648)	5.359.013
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.403.235	44.222
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	34.587	5.403.235
Variação do caixa e equivalentes de caixa	(5.368.648)	5.359.013

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Boletoflex Tecnologia e Serviços S/A ("Empresa" ou "Companhia") é uma pessoa jurídica de direito privado, sociedade por ações de capital fechado, obedecendo às normas que lhe são próprias, domiciliada em Rodovia José Carlos Daux, 600 – SC401, no bairro João Paulo, CEP 88030-000 no município de Florianópolis (SC). Suas atividades iniciaram em 22 de janeiro de 2019 e o prazo de duração é indeterminado. Tem como objeto social o desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis, correspondente de instituições financeiras, promoção de vendas, e atividades de cobrança e informações cadastrais.

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o mundo estaria enfrentando uma pandemia por conta do corona vírus (COVID-19). Logo em seguida, os governos federal, estaduais e municipais, lançaram diversos decretos com uma série de medidas preventivas, dentre elas a do isolamento social e a do fechamento temporário de diversos estabelecimentos, o que levou a impactos relevantes na economia e seus agentes em todo país.

Devido ao isolamento social que foi imposto por decreto, os colaboradores passaram a trabalhar no formato home office, sem que houvesse qualquer prejuízo a operação. A capacidade de ofertar os serviços e produtos não sofreram impactos significativos.

Embora seja um momento extremamente desafiador e de muitas incertezas, a Empresa estima superar a crise gerada pelo COVID-19, mantendo-se atenta aos fatores externos, preocupada com a saúde de seus colaboradores e com suas projeções financeiras atualizadas e com níveis satisfatórios.

Em 07 de janeiro de 2023, a Boleto Flex Tecnologia e Serviços S.A. foi adquirida 100% pela Open Co Holding Limited, com essa aquisição o grupo Open visa melhorar suas operações relacionadas ao (By Now Pay Later) outro nicho de crédito em seus negócios.

A Boletoflex será incorporada na OpenCo Tecnologia durante o exercício de 2023, a qual irá absorver esses prejuízos e por consequência, o seu patrimônio líquido que se encontra descoberto em 2022. Tal transação será efetuada a valor de livros, não sendo necessária a alteração da base de preparo destas demonstrações financeiras, as quais foram preparadas seguindo o pressuposto da continuidade da Boletoflex.

2 Base de elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 em comparativo com 2021.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") e foram adotados os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aplicáveis às pequenas e médias empresas - CPC PME.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 11 de agosto de 2023.

2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas são continuamente avaliadas com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas dos eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas nº 08 – Instrumentos Financeiros e nº 19 – Passivos contingentes.

3 Sumário das principais práticas contábeis

3.1 Segregação de curto e longo prazo

A Empresa apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante.

Um ativo é classificado no circulante quando: (i) se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; (ii) for mantido principalmente para negociação; (iii) se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou (iv) caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições, quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando: (i) se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal; (ii) for mantido principalmente para negociação; (iii) se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou (iv) não há direito incondicional para diferir a despesa liquidação do passivo por , pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. A Empresa classifica todos os demais passivos no não circulante.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

São ativos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado. Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, contas bancárias e investimentos financeiros de curto prazo com liquidez imediata, onde os fluxos de caixa dos investimentos a curto prazo são demonstrados pelos valores líquidos (aplicações e resgates). As aplicações a curto prazo que possuem liquidez imediata e vencimento original em até 90 dias e risco não significativo de variação de valor justo.

3.3 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Contas a receber de clientes e os títulos de dívida adquiridos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou contratados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os instrumentos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, acrescido dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto para os instrumentos financeiros classificados como a valor justo pelo resultado, quando os custos de transação são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensurados inicialmente ao preço da operação. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros.

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio do resultado abrangente (VJORA); ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por outros resultados abrangentes (“VJORA”) - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (“VJR”).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.
Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – Avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais se são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são classificados como ao custo amortizado, e portanto, subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento também é reconhecido no resultado.

Não há passivos financeiros designados como instrumentos de hedge.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retêm o controle sobre o ativo financeiro.

A Empresa realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira, bem como quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Redução ao valor recuperável - Impairment

Os valores contábeis dos ativos da Empresa são revisados a cada data de balanço para determinar se há sinal de perda em relação ao valor de recuperação (*impairment*). Caso exista a referida indicação, estima-se o valor a recuperar do ativo. Reconhece-se a perda no valor de recuperação (*impairment*), caso o valor contábil do ativo seja superior ao seu valor recuperável.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a administração concluiu que não houve necessidade para reconhecimento de perda pelo valor recuperável nas demonstrações financeiras da Empresa.

3.4 Receitas

A Empresa tem como prática a adoção do regime de competência para o reconhecimento das receitas, independentemente de seu efetivo recebimento.

A receita compreende o valor justo da contraprestação a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Empresa e de receitas acessórias ligadas às atividades. A receita de serviços é apresentada antes dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

A receita de serviços é reconhecida no resultado em função da prestação de serviços.

- **Licenciamento e serviços de softwares** – A empresa tem como principal atividade relacionada ao controle e customização da operação em plataforma própria.
- **Serviços de cobrança** – A empresa atua como agente de cobrança da carteira do FIDC que não são pagos no vencimento, para o serviço é recebida uma remuneração mensal fixa conforme contrato com o Fundo.
- **Promoção de vendas** – A empresa realiza a locação de espaço publicitário virtual em seu site ofertando produtos dos clientes, caso haja conversão nas vendas há comissionamento variável de acordo com contrato firmado.
- **Correspondente bancário** – A empresa é contratada pelo Banco Money Plus (BMP) a representá-los nos seguintes serviços bancários:
 - (a) Emissão de CCBs (Cédulas de Crédito Bancário);
 - (b) Aberturas de Conta Depósitos;
 - (c) consultas a sistemas para análise de crédito do usuário.

É realizada a intermediação do banco com o cliente que adere a nossa solução, esse serviço hoje tem remuneração de 2% sobre o valor da CCB.

3.5 Tributos sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente e é reconhecida no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de tributos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Com relação aos créditos fiscais diferidos, constituídos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, a Administração estima que deverão ser realizados nos próximos 5 anos, tendo em vista a projeção de lucros futuros.

ICPC 22 - Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro

Aplica-se a qualquer situação em que haja incerteza sobre se um tratamento de imposto de renda é aceitável de acordo com a legislação tributária. O escopo da Interpretação inclui todos os impostos abrangidos pelo CPC 32, ou seja, tanto o imposto corrente como o imposto diferido. No entanto, não se aplica à incerteza relativa a impostos abrangidos por outras normas. Efetuou-se um estudo sobre os efeitos produzidos pela referida norma e concluiu-se que não houve impactos na Empresa.

3.6 Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Empresa tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (não performance).

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Empresa requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Empresa mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, utilizam técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, mensuram ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se determinam que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

3.7 Provisões para contingências

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a empresa tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

As provisões são registradas com base nas opiniões dos assessores legais e melhores estimativas da Administração, sobre o provável resultado dos processos pendentes na data de encerramento do período, conforme descrito em nota explicativa nº 18.

3.8 Adoção de novas prática contábeis

A adoção antecipada de normas, não é permitida no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As seguintes novas normas e interpretações foram emitidas pelo IASB:

- (a) Contratos Onerosos – Custos de cumprir um contrato (Alterações ao CPC 25/IAS37. Vigente a partir de 01.01.2022.
- (b) Melhorias anuais para normas IFRS – 2018-2020. Vigente a partir de 01.01.2022.
- (c) Imobilizado - receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16). Vigente a partir de 01.01.2022.
- (d) Referências à estrutura conceitual (alterações ao CPC 15/IFRS 3). Vigente a partir de 01.01.2022.
- (e) Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8). Vigente a partir de 01.01.2023.
- (f) IFRS 17 Contratos de Seguros, e alterações à IFRS 17 Contratos de Seguro. Vigente a partir de 01.01.2023.
- (g) Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Demonstração Prática 2). Vigente a partir de 01.01.2023.
- (h) Definição de estimativa contábil (Alterações ao CPC 23/IAS 8). Vigente a partir de 01.01.2023.

- (i) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32/IAS 12). Vigente a partir de 01.01.2023.
- (j) Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto (alterações na IFRS 10 e na IAS 28). Disponível para adoção.

A Administração não espera que a adoção de novas normas, alterações e interpretações vigentes para os próximos exercícios impactem de forma material as suas demonstrações financeiras.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Bancos	34.555	311.199
Aplicações de Liquidez Imediata (*)	32	5.092.036
	34.587	5.403.235

- (*) As Aplicações de Liquidez Imediata classificadas como caixa e equivalentes de caixa são remuneradas pelo CDI (certificado de depósito interbancário) e possuem liquidez imediata, sem qualquer incidência de taxas de resgate ou outra forma de tarifa.

5 Clientes a receber

	2022	2021
Clientes Nacionais	12.065	86.931
	12.065	86.931
<i>Aging list de clientes a receber</i>	2022	2021
A vencer 30 dias	12.065	86.181
A vencer 60 dias	-	150
A vencer acima de 60 dias	-	600
Clientes a Receber	12.065	86.931

Com o intuito de estimar os montantes de provisão para perdas na realização de créditos, a serem reconhecidos no período, a Administração da Empresa realiza monitoramento dos pagamentos realizados pelos seus clientes registrado em suas contas a receber, levando em consideração a exposição ao risco de crédito.

Até o presente momento, não há constituição de perdas pelo valor recuperável. Os clientes vêm apresentando curto prazo de liquidação, dispensando dessa forma atualizações monetárias.

6 Outros valores a realizar

	2022	2021
Adiantamentos	-	138
Depósitos judiciais	298.527	298.527
Despesas antecipadas	8.194	21.096
Tributos a recuperar	111.987	59.047
	418.708	378.808

7 Investimentos

7.1 Instrumento financeiros mensurados a valor justo contra resultado – Curto Prazo

	2022	2021
Boletoflex FIDC (i)	412.940	5.052.253
	412.940	5.052.253

- (i) Refere-se a aplicação financeira em cotas de fundos Boletoflex Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiro. A Empresa detém 20% de participação neste fundo tendo adquirido cotas inicialmente em maio de 2021.

7.2 Participação Permanentes em Outra Empresas – Longo Prazo

	2022	2021
Credifiesc Cotas Ailos (ii)	9.678	9.136
	9.678	9.136

- (ii) Refere-se à integralização de cotas de forma mensal, na Cooperativa da Cooperativa Central de Crédito.

8 Imobilizado

A composição do ativo imobilizado, bem como seus percentuais de encargos, estão dispostos abaixo:

	Móveis e Utensílios	Maquinas e Equipamentos	Estrutura de Rede	Benfeitoria em Imóveis de Terceiros	Computadores e Periféricos	Total
Taxas de Depreciação	10%	20%	20%	10%	20%	
Em 31 de dezembro de 2021						
Custo	157.895	31.071	12.308	7.924	206.778	415.976
Depreciação Acumulada	(13.158)	(5.178)	(2.051)	(753)	(16.913)	(38.053)
Valor líquido contábil	144.737	25.893	10.257	7.171	189.865	377.923
Em 31 de dezembro de 2022						
Custo	151.441	32.226	8.872	7.924	175.754	376.217
Depreciação Acumulada	(26.014)	(11.491)	(3.253)	(1.545)	(43.338)	(85.641)
Valor líquido contábil	125.427	20.735	5.619	6.379	132.416	290.576

9 Instrumentos financeiros

Na mensuração do valor justo de instrumentos financeiros, a administração utiliza informações observáveis de mercado tão logo estejam disponíveis. O valor justo é classificado em diferentes níveis hierárquicos, com base nos dados e premissas utilizados nas metodologias de precificação, conforme segue:

- Nível 1: utilizam preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: utilizam dados ou premissas, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente.
- Nível 3: utilizam dados e premissas que não são baseados em informações de mercado observáveis para o ativo ou passivo (dados não observáveis).
- Se os dados e premissas utilizados na mensuração do valor justo de um ativo ou passivo recaem em diferentes níveis de hierarquia, o valor justo é classificado inteiramente no mesmo nível de hierarquia que a informação de nível mais baixo que for significativa para a mensuração como um todo.
- A companhia reconhece transferências entre níveis de hierarquia do valor justo ao final dos exercícios em que a mudança tenha ocorrido.

	2022			2021		
	Valor contábil		Valor justo	Valor contábil		Valor justo
	Total		Nível 1	Total		Nível 1
Ativos financeiros mensurados a custo amortizado						
Clientes a receber	12.065	12.065	12.065	86.931	86.931	86.931
Participações em Fundos de Investimentos	412.940	412.940	412.940	5.052.253	5.052.253	5.052.253
	425.005	425.005	425.005	5.139.184	5.139.184	5.139.184
Passivos financeiros mensurados a custo amortizado						
Fornecedores	148.759	148.759	148.759	115.185	115.185	115.185
Empréstimos	200.000	200.000	200.000	13.386	13.386	13.386
	348.759	348.759	-	128.571	128.571	128.571

10 Obrigações tributárias

	2022	2021
ISS	1.093	2.678
COFINS Cumulativo	642	2.319
COFINS Não Cumulativo	1.425	5.389
PIS Cumulativo	139	503
PIS Não Cumulativo	309	956
INSS	979	-
Tributos retidos	11.517	49.308
	16.104	61.153

11 Fornecedores

	2022	2021
Fornecedores Nacionais	146.144	86.216
Fornecedores no Exterior	<u>2.615</u>	<u>28.970</u>
	<u>148.759</u>	<u>115.186</u>

12 Empréstimos

	2022	2021
Empréstimos	200.000	13.386
	<u>200.000</u>	<u>13.386</u>

Abaixo o detalhamento dos empréstimos contratados:

Credores	Ano contratação	Tx juros a/m	Parcelas
Cooperativa de Crédito da Grande Florianópolis	2019	1,87%	36
BRN Recovery Meios de Pagamento Ltda	2019	0,59%	-
MoneyPlus Sociedade de Crédito ao Microempreendedor de Pequeno Porte Ltda	2020	1,00%	12
Flávio Dias F. da Silva	2020	-	-
Geru Tecnologia	2022	-	-

13 Provisões e outras contas a pagar

	2022	2021
Provisões para Contingências Judiciais Cíveis (*)	2.535.464	168.339
Provisões Folha de Pagamento	20.026	-
Outras contas a pagar e provisões	<u>800</u>	<u>1.617</u>
	<u>2.556.290</u>	<u>169.956</u>

(*) As provisões de contingências judiciais cíveis referem-se a ações contra a empresa do tipo indenizatória e execução de título extrajudicial. Para mais detalhes, veja a nota explicativa nº 19 – Passivos contingentes.

14 Capital social

a. Abaixo a composição do capital social em 31 de dezembro de 2022 e 2021

		2021		
Acionistas		Capital	Nº de ações	% Participação sobre nº de ações
Leandro Jose Meyer Machado	ON	12.500	12.500	16,11%
Carlos Alberto Nakazawa	ON	12.500	12.500	16,11%
Celio Augusto de Almeida Ikeda	ON	12.500	12.500	16,11%
Pedro Schneider Noll	ON	12.500	12.500	16,11%
Flávio Dias Fonseca da Silva	PN	300.000	1.237	1,59%
Pagbank Participações Ltda.	ON	15.000.000	15.743	20,29%
BRN Ventures Participações S.A.	PN	774.800	10.606	13,68%
		16.124.800	77.586	100%
		2022		
Acionistas		Capital	Nº de ações	% Participação sobre nº de ações
Leandro Jose Meyer Machado	ON	12.500	12.500	16,11%
Carlos Alberto Nakazawa	ON	12.500	12.500	16,11%
Celio Augusto de Almeida Ikeda	ON	12.500	12.500	16,11%
Pedro Schneider Noll	ON	12.500	12.500	16,11%
Flávio Dias Fonseca da Silva	PN	300.000	1.237	1,59%
Pagbank Participações Ltda.	ON	15.000.000	15.743	20,29%
BRN Ventures Participações S.A.	PN	774.800	10.606	13,68%
		16.124.800	77.586	100%

A Empresa possui as seguintes espécies acionárias na composição de seu capital social:

- **Ações Ordinárias (ON):** ações ordinárias nominativas.
- **Ações Preferenciais Classe “A” (PN):** ações preferenciais nominativas, sem valor nominal, com as seguintes características: (i) com direito a voto, (ii) conversíveis em ações ordinárias na proporção de 1 (uma) ação preferencial para 1 (uma) ação preferencial sem classe, (iii) prioridade no recebimento de dividendos e no reembolso em caso da ocorrência de um ou mais dos seguintes eventos: (a) realização de uma oferta pública inicial de Ações pela Sociedade; (b) alienação para terceiros de Ações representativas do controle da Sociedade, conforme conceito de controle trazido pelo artigo 116 da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações); (c) alienação de todos os ativos e negócio da Empresa; e (d) fusão, incorporação ou outra reorganização societária da Sociedade em resultado da qual o controle da Sociedade seja transferido a terceiro.

- **Ações Preferenciais Classe “B” (PN):** ações preferenciais nominativas, sem valor nominal, com as seguintes características: (i) com direito a voto, (ii) conversíveis em ações ordinárias na proporção de 1 (uma) ação preferencial classe “B” para 1 (uma) ação preferencial sem classe, (iii) prioridade no recebimento de dividendos e no reembolso em caso da ocorrência de um ou mais dos seguintes eventos: (a) realização de uma oferta pública inicial de Ações pela Sociedade; (b) alienação para terceiros de Ações representativas do controle da Sociedade, conforme conceito de controle trazido pelo artigo 116 da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações); (c) fusão, incorporação ou outra reorganização societária da Sociedade em resultado da qual o controle da Sociedade seja transferido a terceiro.

Eventos societários

- (a) Em 22 de janeiro de 2019 foi constituída a Empresa, ao nome empresarial Boletoflex Tecnologia e Serviços Ltda., tendo iniciado suas atividades nesta data.

Foi deliberado, em 30 de dezembro de 2020, em Acordo de Acionistas, a transformação do tipo jurídico da Sociedade, de sociedade limitada para sociedade anônima de capital fechado, adotando a denominação

- (b) Boletoflex Tecnologia e Serviços S/A, cujo registro na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina ocorreu em 20 de janeiro de 2021.

Na mesma Assembleia Geral de Transformação de Tipo Jurídico, foi aprovada pelos acionistas o aumento de capital social da sociedade, no montante de R\$ 16.074.800, passando de R\$ 50.000,00 para R\$ 16.124.800, mediante a emissão de 27.304 novas ações, na seguinte proporção:

- Emissão de 10.606 novas ações preferenciais classe "A", totalmente subscritas e integralizadas por BRN Ventures Participações S.A.;
 - Emissão de 1.237 novas ações preferenciais classe "B", totalmente subscritas e integralizadas por Flávio Dias Fonseca da Silva;
 - Emissão de 15.461 novas ações ordinárias, totalmente subscritas por Pagbank Participações Ltda.
- (c) Em 07 de maio de 2021 foi deliberado em assembleia retificação do aumento de Capital que emitiu 15.461 novas ações para Pagbank Participações Ltda., quando deveriam ser 15.743 ações.

15 Receita operacional e custos

As receitas são proveniente da prestação de serviço, conforme demonstrado abaixo:

	2022	2021
Desenvolvimento/Licenciamento de Programas de Computador Customizáveis	540.027	251.465
Promoção de Vendas	33.203	34.076
Atividades de Cobrança e Informações Cadastrais	60.000	40.000
Correspondentes de Instituições Financeiras	257.185	64.863
Receita operacional bruta	890.415	390.404
PIS	(9.305)	(3.927)
COFINS	(42.889)	(18.103)
ISS	(21.074)	(9.503)
Simples Nacional	(24.258)	-
Tributos s/ prestação de serviços	(97.526)	(31.533)
Receita operacional líquida	792.889	358.870

Os Custos referem-se aos custos diretamente atrelados ao serviço prestado.

	2022	2021
Inteligência de dados	(848.786)	(287.283)
Cobrança	(50.355)	(22.956)
Total custo com serviço prestado	(899.141)	(310.239)

16 Despesas operacionais

	2022	2021
Despesas operacionais	(8.558.327)	(5.068.948)
Despesas administrativas	(1.776.133)	(1.755.153)
Financeiro	(1.776.133)	(1.755.153)
Despesas comerciais	(2.128.379)	(772.127)
Comercial e Marketing	(2.128.379)	(772.127)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	(2.272.098)	(1.293.524)
Tecnologia	(2.272.098)	(1.293.524)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	(2.381.762)	(1.248.143)
Gestão de Pessoas	-	(285.318)
Crédito	-	(272.953)
Cobrança e Atendimento	-	(530.827)
Novos Negócios	-	(179.679)
Outras Receitas/Despesas	-	20.634
Ganhos e perdas com repasses	(537)	-
Ganhos e perdas na Alienação ou baixa de imobilizado	(14.099)	-
Provisões para contingências judiciais Cíveis	(2.367.126)	-

17 Resultado financeiro líquido

	2022	2021
Receitas Financeiras	215.967	625.652
Despesas Financeiras	<u>(3.887.649)</u>	<u>(109.375)</u>
	<u>(3.671.682)</u>	<u>516.277</u>

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, descontos obtidos de fornecedores e juros recebidos de clientes. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, descontos concedidos a clientes e despesas bancárias, e em 2022 o principal impacto se refere a perdas em aplicações no BoletoFlex FIDC.

18 Ativo fiscal diferido

	2022	2021
Base de Cálculo	<u>-</u>	<u>4.335.700</u>
IRPJ Diferido	-	1.083.925
CSLL Diferida	-	390.213

- (a) Tributos diferidos: Foram aplicadas alíquotas ao prejuízo fiscal do exercício e sobre a base de cálculo negativa de 15% (referente ao IRPJ) com adicional de 10% e 9% (referente ao CSLL), respectivamente.

Em 2022 a empresa decidiu reverter o seu ativo fiscal de 2021, pois não existe expectativas de lucros a curto prazo que possa se compensar. Assim sendo, refletiu em seu resultado do imposto de renda e contribuição social diferidos.

19 Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2022 as contingências passivas classificadas como perdas prováveis são compostas, por processos cíveis do tipo indenizatória e execução de título extrajudicial. A soma dos processos das causas prováveis é de R\$ 2.535.464 (R\$ 168.339 em 2021).

20 Transações com partes relacionadas

Conforme CPC - PME, as partes relacionadas são definidas como sendo seus controladores e acionistas com participação relevante, empresas ligadas, seus administradores e demais membros do pessoal chave da Administração. Em 2022 a Companhia tomava serviços dos acionistas: Leandro José Meyer Machado, Carlos Alberto Nakazawa e Pedro Schneider Noll, totalizando R\$ 192.000 cada. O acionista Celio Augusto de Almeida Ikeda prestou serviços totalizando R\$ 193.920, no decorrer de 2022.

A Companhia tomou crédito a título de empréstimo no valor de R\$ 200.000 da Geru Tecnologia. A mesma faz parte do conglomerado econômico da Holding Open Co Holding Limited, que irá incorporar a Companhia no decorrer de 2023.

21 Seguro a apropriar

A Companhia mantém seguro para responsabilidade civil. Abaixo o resumo da apólice vigente em 31 de dezembro de 2022:

	2022
Aig Seguros Brasil S. A	<u>8.194</u>

22 Eventos subsequentes

A Geru Tecnologia faz parte do conglomerado econômico da Holding, assim aportando valores no decorrer de 2023 para seguir com suas atividades operacionais. No decorrer de 2023, foram aportados R\$ 750.000 conforme o cronograma a seguir: 09 de janeiro de 2023 – R\$ 300.000; 16 de março de 2023 – R\$ 250.000; e 12 de junho de 2023 R\$200.000.

23 Gerenciamento de riscos

A Boletoflex Tecnologia e Serviços S/A preocupa-se com a manutenção da qualidade de seus ativos, objetivando um crescimento sustentável e contribuindo para uma evolução financeira saudável e responsável. A estrutura de gerenciamento de riscos permite a identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos associados à operação e está dividida da seguinte forma:

a. Risco de crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador (clientes) de suas respectivas obrigações financeiras nos termos acordados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do cliente, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

b. Risco de mercado

O risco de mercado está diretamente relacionado às flutuações de preços e taxas, ou seja, às oscilações de bolsas de valores, mercado de taxas de juros e mercado de câmbio e dos preços de mercadorias (*commodities*) dentro e fora do país, que trazem reflexos nos preços dos ativos.

A Companhia não possui operações sujeitas relevantemente a esses fatores.

c. Risco de liquidez

O risco de liquidez resulta da possibilidade de a Companhia ter acesso limitado à disponibilidade de caixa em valor suficiente para honrar as saídas de caixa necessárias à liquidação financeira de suas operações.

Os fluxos de caixa são projetados em vértices mensais, considerando os valores de passivos e ativos no vencimento, projeções de despesas futuras, projeções de receitas e qualquer evento que venha afetar o fluxo de caixa no horizonte de um ano, de forma a possibilitar que a Companhia mantenha um nível de liquidez capaz de suprir as necessidades de suas operações e gerenciar necessidades de novas captações.

d. Cobertura de seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação.

As coberturas foram contratadas para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Assim, a fim de assegurar-se contra riscos operacionais diversos que venham a afetar as suas atividades, a Companhia contratou seguro para proteção de dados e segurança cibernética com período de vigência até 08/09/2022.

Florianópolis – SC, 11 de agosto de 2023.

Leandro Jose Meyer Machado
Administrador
CPF: 084.535.429-96

ROGER KAUFMANN
TEIXEIRA:02794580
965

Assinado de forma digital
por ROGER KAUFMANN
TEIXEIRA:02794580965
Dados: 2023.09.04
16:29:09 -03'00'

Roger Kaufmann Teixeira
CRC: 1-SC-024940/O-8 - Contador
CPF: 027.945.809-65

Relatorio de Auditoria - 2022 (002) - Assinatura Roger.pdf

Documento número #a128abdd-6d36-40ed-a04e-6aef41bb5dde

Hash do documento original (SHA256): 67fdf382218107a27ca4a7e29fdf3c3b0e6f01559d469d40777eebf4fb172c45

Assinaturas

Leandro José Meyer Machado

CPF: 084.535.429-96

Assinou como administrador em 04 set 2023 às 18:45:17

Log

- 04 set 2023, 17:19:12 Operador com email rafael.hinkel@boletoflex.com na Conta 567366fe-df44-4e90-9b33-909d7bc98976 criou este documento número a128abdd-6d36-40ed-a04e-6aef41bb5dde. Data limite para assinatura do documento: 04 de outubro de 2023 (17:17). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
- 04 set 2023, 17:19:24 Operador com email rafael.hinkel@boletoflex.com na Conta 567366fe-df44-4e90-9b33-909d7bc98976 adicionou à Lista de Assinatura: leandro@boletoflex.com para assinar como administrador, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Leandro José Meyer Machado e CPF 084.535.429-96.
- 04 set 2023, 18:45:17 Leandro José Meyer Machado assinou como administrador. Pontos de autenticação: Token via E-mail leandro@boletoflex.com. CPF informado: 084.535.429-96. IP: 54.94.33.80. Componente de assinatura versão 1.583.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 04 set 2023, 18:45:17 Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número a128abdd-6d36-40ed-a04e-6aef41bb5dde.



Documento assinado com validade jurídica.

Para conferir a validade, acesse <https://validador.clicksign.com> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº a128abdd-6d36-40ed-a04e-6aef41bb5dde, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.